

CONSTRUÇÃO

O manifesto contra a política de urbanismo que nasceu num café

Signatários vão entregar documento na Assembleia Municipal de Lisboa em setembro



Projeto para o quarteirão da Portugália e Torre de Picoas estão entre os mais criticados pelo manifesto 'Lisboa Precisa'

ANDRÉ RITO

economia@expresso.impresa.pt

Foi um encontro accidental. Nas comemorações do 25 de Abril deste ano, um grupo de ex-autarcas ligados à candidatura de Jorge Sampaio à Câmara Municipal de Lisboa, em 1989, cruzou-se na Avenida da Liberdade. O tema da conversa foi quase imediato: a cidade de Lisboa. “Encontrámo-nos três pessoas e depois foi-se juntando mais gente dessa época”, recorda ao Expresso Fernando Nunes da Silva, professor do Instituto Superior Técnico e antigo vereador da Mobilidade da Câmara Municipal de Lisboa.

Dias depois, o grupo estava reunido pela primeira vez num

café. “Sentimos que havia uma complacência grande com projetos criticáveis e pouco transparentes. Ao mesmo tempo, um silêncio ensurdecedor por parte de pessoas que no passado tanto tinham criticado este modelo de cidade. Fortes opositores a projetos do mandato de Pedro Santana Lopes, como o do Parque Mayer, Alcântara, as Torres da Boavista. Agora, no poder, estão caladas. Absolutamente incompreensível.”

Foi assim, resultado de um encontro informal, que nasceu o movimento “Lisboa Precisa”, que reúne mais de 70 signatários contra a situação do urbanismo e a especulação imobiliária na capital, como os deputados do Bloco de Es-

querda, Pedro Soares e Jorge Falcato, ou a historiadora Raquel Varela e o geógrafo Jorge Malheiros.

Portugália foi 'gota de água'

Apresentado na passada segunda-feira no Fórum Lisboa, sede da Assembleia Municipal, o manifesto surgiu também do que Fernando Nunes da Silva diz ter sido “a gota de água”: o anúncio do licenciamento de uma torre gigantesca, nos terrenos da antiga Portugália, na Avenida Almirante Reis, em Lisboa.

“O complexo da Portugália em um caso espantoso. Em 2010 foi aprovada para aquela zona uma área total de cons-

trução de 24.300 metros quadrados, agora aparecem mais 16 mil. Já consultei advogados de urbanismo, que me dizem que é ilegal, porque o regulamento municipal tem menos peso do que um Plano Diretor Municipal, que deve ser aprovado pelo próprio Governo. O seu carácter vinculativo é superior, não é possível ser alterado. Toda a gente está calada perante isto”, lamenta o ex-autarca de Lisboa.

Segundo as contas do movimento “Lisboa Precisa”, o diferencial de construção significa “mais de €10 milhões no negócio construtivo”. Os signatários apontam o dedo a outros casos. “Começa a ser estranho este padrão que se

vai consolidando em Lisboa, a partir do momento em que se muda para fundos imobiliários fechados”, acusa o professor do Técnico.

O que em causa é o local das torres

“Discute-se se o projeto de arquitetura é mau ou se é importante para revitalizar a zona. Ninguém está contra a existência de torres em Lisboa, eu próprio fiz o plano de menor do Parque das Nações, com várias torres de habitação. O que está em causa é o local onde são construídas estas torres e se respeitam o Plano Diretor Municipal.”

O Portugália Plaza, como se chama o projeto que vai nascer nas antigas instalações da fábrica de cerveja, prevê a construção de quatro edifícios um dos quais com 60 metros de altura, distribuídos por 16 pisos. Terá um forte impacto visual numa zona de quarteirões, com edifícios de traça mais antiga. O projeto, previsto nascer na intersecção da Avenida Almirante Reis, Rua Marques da Silva, Rua António Pedro e Rua Pascoal de Melo, terá cinco blocos: além dos quatro prédios novos, o antigo edifício da Fábrica da Cerveja, assim como o restaurante, vão ser reabilitados.

O modelo de desenvolvimento de Lisboa é fortemente criticado por Fernando Nunes da Silva, para quem a principal consequência da estratégia imobiliária do município é a expulsão dos lisboetas da cidade. “É uma cidade cada vez mais para ricos e turistas e para pobres que mantêm a sua habitação social. Quem é pobre tem uma saída, e para quem é rico ou estrangeiro o mercado está bom”.

Em setembro será entregue o manifesto na Assembleia Municipal de Lisboa.

NÚMEROS

130

é o número de signatários do manifesto ‘Lisboa Precisa’. Integra políticos de todos os quadrantes, arquitetos e antigos autarcas da capital. “Trata-se de um movimento cívico que não está subordinado a nenhuma estratégia partidária”, afirmam os signatários

60

era a altura total, em metros, projetada para a torre do quarteirão da Portugália. Perante a contestação quando o negócio foi tornado público, foram reduzidos 11 metros. Mas os 16 pisos do projeto original mantiveram-se: alterou-se o pé-direito

3

era o número de casas para alojamento local, em 2009. Segundo dados do manifesto ‘Lisboa Precisa’, em oito anos houve uma explosão do negócio: já existem 49 mil

